



# LUGAR É LAÇO, PALAVRA É LAÇO: A EXTENSÃO COMO TERRITÓRIO DE ENLACE DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

PLACE IS TIE, WORD IS TIE: EXTENSION AS A TERRITORY OF LINK OF ADOLESCENT IN CONFLICT WITH THE LAW

Cristina Campolina Vilas Boas<sup>1</sup>  
David de Oliveira Castro<sup>2</sup>  
Juliana França Marques Lemos<sup>3</sup>

---

**RESUMO:** Neste trabalho busca-se descrever e compreender como se estabelecem as relações entre os adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto e o Projeto de Extensão Laços da PUC Minas. Para tanto foi realizada pesquisa de campo, por meio da observação dos participantes nas oficinas, supervisões, reuniões etc. Percebe-se que os adolescentes nas oficinas conseguem discutir os efeitos e os desencadeamentos de uma travessia que os convocam a responsabilizar-se frente ao seu encontro com a justiça.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescência; Ato infracional; Extensão universitária; Inclusão social; Psicanálise.

**ABSTRACT:** This work seeks to describe and such as rests between between teens in conflict with law under socio-educational measures and the Projeto de Extensão Laços PUC Minas. What is a field investigation, by observing the work in the workshops, supervisions, meetings, and so on. It can be seen that adolescents are responding to discussions about the effects and unleashing of a crossing that calls them to take responsibility for their encounter with justice.

**KEYWORDS:** Adolescence; Infraction; University Extension; Social inclusion; Psychoanalysis..

---

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a adolescência tem sido objeto de inúmeros estudos científicos que buscam compreender questões sobre a puberdade, elaborações psíquicas, a violência e o comportamento. Com esses estudos, vemos nascer um discurso acerca da concepção de adolescência que constrói, em alguns casos, um adolescente desumanizado e massificado que passa a perder a condição de sujeito de sua própria história. Como ele é sempre dito e explicado pelo outro, sua subjetividade torna-se opaca, sua voz silenciada e seu corpo invisibilizado, marcado sempre a partir da perspectiva discursiva do outro.

As primeiras informações relacionadas à atuação estatal sobre a criança e o adolescente no Brasil aparecem com a Doutrina da Situação Irregular, uma formulação consolidada no Código de Menores que vigeu entre os anos de 1927 e 1979. O Código de Menores legitimou o poder absoluto do Estado sobre as crianças e os adolescentes, que nesse contexto eram cha-

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Psicologia/PUC Minas. Orientadora da Pesquisa em questão. Doutora em Ciências da Saúde – Saúde da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Medicina/UFMG. Mestre em Psicologia/Psicanálise pela Université Paris 8. [cristinacampvilasboas@gmail.com](mailto:cristinacampvilasboas@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em Psicologia pela PUC Minas. Pesquisador bolsista pelo FIP em 2019. [davidsilfos@yahoo.com.br](mailto:davidsilfos@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Bacharel em Direito pela PUC Minas. Pesquisadora voluntária pelo FIP em 2019. [jufmlemos@gmail.com](mailto:jufmlemos@gmail.com)

mados de “menores em perigo material ou moral”, agregando em um único grupo as crianças e os adolescentes considerados “desamparados” e os “infratores”, acoplando-os sob o binômio da “carência” e da “delinquência”.

A superposição entre o abandono e o ato infracional permitia que todas as crianças que se encontrassem em situação identificada pelo Estado como “irregular” fossem retiradas de suas casas e levadas para orfanatos e abrigos. (FRASSETO: JIMENEZ, 2015, p. 406).

Em seguida, houve uma transição acerca da atuação estatal sobre a infância e a adolescência, na qual a criança e o adolescente não têm mais sua vida como objeto da assistência e vigilância, como era estabelecido no Código de Menores. Com o estabelecimento da Doutrina da Proteção Integral pela Constituição Federal de 1988, esses passam a ter condição de sujeito de direitos conforme o art. 227, que aponta que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar-lhes direitos fundamentais para o seu desenvolvimento, assim como protegê-los de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse cenário surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no ano de 1990, com a função de ratificar essa nova Doutrina e regulamentar de forma mais específica o direito de crianças e adolescentes, observando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, concedendo-lhes proteção especial e prioritária.

Essa nova propositura acarretou mudanças também ao que concerne às sanções punitivas aplicadas a crianças e adolescentes que estão envolvidos com atos infracionais. Para as crianças, que são aquelas que possuem até 12 anos incompletos, serão aplicadas as Medidas de Proteção previstas no artigo 101 do ECA. No que concerne aos adolescentes, que possuem entre 12 e 18 anos, estarão sujeitos às Medidas Socioeducativas que devem ser aplicadas considerando os seguintes parâmetros: a capacidade do adolescente de cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração, conforme o art. 112, e as necessidades pedagógicas, “preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (Lei n. 8.069, 1990, art. 100). Conforme já explicado, ao adolescente que comete ato infracional é aplicada pelo Juiz uma Medida Socioeducativa. A organização da execução das medidas socioeducativas ocorre pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), este estabelece em seu art. 1, §1 que:

Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e pro-

gramas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. (Lei n. 12.594, 2012, art. 1, §1).

O cumprimento das medidas pode ocorrer por meio de advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (Lei n. 8.069, 1990, art. 112). Neste trabalho atentemo-nos às medidas socioeducativas de meio aberto Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que têm sua aplicação feita pelos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), vinculados ao Sistema Único de Assistência Social. Constatou-se que os jovens que estão sob o regime dessas medidas:

[...] cometeram atos voltados contra o patrimônio, pequenos furtos e roubos e tráfico de pequenas quantidades de drogas, tendo sido identificados como autores de atos que infringem a lei, mas não o suficiente para serem privados de suas liberdades. Ou seja, cometeram atos que, na interpretação daqueles que os julgaram, não soaram como suficientemente graves a ponto de serem encaminhados para o cumprimento de medida socioeducativa de internação. (JIMENEZ; FRASSETO, 2015, p. 405).

Nos CREAS tentam-se trabalhar três objetivos que são estabelecidos pela Lei do SINASE em seu art. 1 §2, quais são:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;  
II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e  
III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (Lei n. 12.594, 2012, art. 1, §1).

Mirando esses pontos, surge em 2015, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), o *Projeto de Extensão Laços*. Este é um projeto de extensão interdisciplinar idealizado e desenvolvido por professores e estudantes dos cursos de Direito e Psicologia da PUC Minas, no qual se realizam oficinas com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto<sup>4</sup>, e possui parceria externa com o CREAS/Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/PBH – MG, regionais Barreiro e Noroeste.

---

<sup>4</sup> O Projeto de Extensão Laços foi criado no fim do ano de 2015, pela professora dos Cursos de Psicologia e de Direito *Fernanda Simplício Cardoso*, na PUC Minas/Arcos. Posteriormente o Projeto foi transferido à PUC Minas/Coração Eucarístico e além da referida professora, passou a contar com a co-coordenação do professor do Curso de Direito *Pablo Alves de Oliveira*. Naquele momento, além dos alunos extensionistas da Psicologia, o Projeto Laços agregou também alunos extensionistas do Direito. Então, a professora dos Cursos de Psicologia e Direito, *Aline Aguiar Mendes*, tornou-se a sua coordenadora até o primeiro semestre de 2018, quando a professo-

Acredita-se que o *Projeto de Extensão Laços PUC Minas* é um lugar que promove por meio dos efeitos discursivos e da palavra, na dialética entre os participantes, um atravessamento, na vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, promovendo, neste sentido, um possível deslocamento do sujeito frente às identificações cristalizadas e nomeações determinadas pelo Outro. Pois, assim como nos orienta Lacan (2003) o nome é: “uma palavra para designar as coisas particulares como tais, fora de toda descrição”, ou seja, o nome tem sentido e produz uma marca na vida do sujeito.

Este artigo busca demonstrar como o Projeto de Extensão Laços consegue promover um deslocamento dos adolescentes frente às identificações enrijecidas que têm sobre seu corpo, sua identidade e sua relação com o outro e, com isso, discutir os efeitos e os desencadeamentos de uma travessia que convoca o jovem a responsabilizar-se frente ao seu encontro com a justiça.

## 2 O PROJETO DE EXTENSÃO LAÇOS

O Projeto de Extensão Laços/PUC Minas visa propiciar ao jovem, que está em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, outras possibilidades de se relacionar com a medida e consigo mesmo. O direcionamento do trabalho não ocorre pela via do delito, mas sim, por meio da escuta e acolhimento do que surge nos enunciados proferidos pelos jovens. Nesse sentido, o Projeto Laços almeja oportunizar a flexibilização dos jovens frente às identificações, muitas vezes enrijecidas e pouco dialetizáveis que os mesmos têm de si, a partir do que surge na dialética entre os participantes nos momentos de reflexões e/ou problematizações nas atividades das oficinas, nas descobertas de outras potencialidades, bem como na ressignificação do laço social.

A proposta é que através das atividades nos espaços da PUC Minas e nas praças públicas, os adolescentes possam transitar e ocupar lugares na cidade na condição de participantes do laço social. Que possam vivenciar e experimentar outras possibilidades e descobertas, pois se engajando no social, o sujeito adolescente poderá se apoiar em uma nova relação com a sociedade, reduzindo o dano causado pelo lugar simbólico no qual lhes foi reservado pelos estigmas da marginalização. Na condição de sujeito social, o adolescente é inscrito pelo olhar do Outro, inscrição esta derivada do sistema nominativo e identificatório que Lacan chama de significante Mestre, o qual ‘governa’ o gozo e determina o discurso proferido pelo sujeito.

---

ra Cristina Campolina Vilas Boas assumiu a coordenação do Projeto de Extensão Laços/PUC Minas/Coração Eucarístico. Hoje o Projeto conta com extensionistas voluntários.

Sobre isso, algumas palavras como o “de menor”, é rebaixado à condição de “monstro”, de “pivete”, “trombadinha”, “marginal”, “desviante”, “perigoso”, enfim, de inimigo social a ser combatido, mas, sobretudo o adolescente é enquadrado na categoria dos “menos humanos”, no rol de disputa pelos direitos sociais (FONSECA, CARDARELLO, 1999). Pensemos, pois, que “a fabricação do adolescente delinquente como inimigo da ordem social produz um dique entre ele e os demais cidadãos que finda por desumanizá-lo, rechaçá-lo do mundo dos homens, confiná-lo à criminalidade, inviabilizando a produção de seu sentimento de pertencimento à cidade.” (VILAS BOAS, 2014, p. 76). É importante destacar que isto que foi explicitado, aplica-se, principalmente, aos jovens, negros, pobres. Uma vez que, como esclarece Becker (2008),

O grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas que a outras. Estudos da delinquência juvenil deixam isso muito claro. Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado. Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma seja a mesma nos dois casos. De maneira semelhante, a lei é diferencialmente aplicada a negros e brancos. (BECKER, 2008, p. 25).

É sob este contexto que se tecem os eixos que fundamentam o *Projeto de Extensão Laços*<sup>5</sup> e que orientam a construção das oficinas com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto, a saber, *eixos: cultural, reflexivo, esportivo, lazer, territorial e profissionalizante* que visam construir junto ao jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto outras possibilidades de se relacionar com a medida e consigo mesmo. Essas atividades acontecem principalmente nos espaços da PUC Minas, bem como em outros territórios públicos na cidade de Belo Horizonte, com o propósito de construir ações que viabilizem os adolescentes a transitarem, ocuparem e vivenciarem lugares que são seus por direito na condição de participantes do laço social, na tentativa de reduzir o dano causado pelo lugar simbólico no qual lhes foi reservado pelos estigmas da marginalização, inscrito pelo olhar do Outro.

Por intermédio do lúdico e do simbólico, as oficinas buscam distender a palavra para diversas direções, surtindo efeitos na subjetividade dos participantes, alcançando, em última

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre o Projeto Laços ver o artigo “Projeto Laços e sua construção metodológica”, de autoria de Aline Aguiar Mendes, David de Oliveira Castro, Izabella Riza Alves e Juliana França Marques Lemos, publicado na Revista do Instituto de Ciências Humanas da PUC Minas, vol. 14, nº 19, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/viewFile/17870/13303>.

instância, uma ressignificação daquilo que causa e que provoca o sujeito. Além disso, o enquadre das oficinas favorece a transcendência do discurso e do imaginário social, discriminatórios e estereotipados, que apenas desvalorizam e desqualificam o jovem envolvido com o ato infracional. Dito de outro modo, as oficinas buscam estimular o adolescente a reconhecer o seu lugar estigmatizado e instituído pela sociedade e, com isso, encontrar a sua própria resposta diante disso.

Como ressaltado, a execução do projeto ocorre por meio de oficinas semanais, com duração de duas horas/oficina e que são desenvolvidas, em sua maioria, no campus Coração Eucarístico da PUC Minas. As oficinas, em síntese:

[...] buscam contemplar os eixos da cultura, do esporte e lazer, da reflexão crítica sobre a sociedade e da profissionalização; esta última mais ligada ao despertar de um interesse nas diferentes áreas de conhecimento, que pode vir ou não a contemplar o mercado, do que uma formação técnica propriamente dita. (VELOSO, 2017, p. 19).

Os eixos funcionam como norteadores para a organização do Projeto, cada um possuindo objetivos gerais do que se procura desenvolver, mas se moldando de acordo com o interesse dos jovens. Isso significa que o planejamento das oficinas se dá frequentemente de uma semana para outra, levando em conta o que foi manifesto como demanda dos jovens na oficina daquela semana.

A proposta principal do *Eixo Cultural/Territorial* é trabalhar com as vivências culturais em seus mais diversos segmentos, procurando promover a visita a espaços diversos - sejam eles nos espaços pela cidade e/ou dentro da Universidade -, por meio de oficinas de grafite, música, visita ao Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, dentre outras que surgem, como dissemos, de acordo com o interesse dos participantes. Um ponto relevante nos encontros com os adolescentes das medidas socioeducativas é a presença do funk como expressão máxima de suas vivências. Apesar de muito hoje se debater sobre o novo lugar dos estilos nascidos na periferia, o rap, aí se destaca, enquanto o funk ainda fica, não raro, proscrito à cena. Todavia, o “Proibidão” insiste em se fazer notar. A música faz parte, por exemplo, do trajeto dos jovens e das técnicas desde as regionais Barreiro e Noroeste até a PUC Minas. Vez ou outra surge um combinado entre técnicas e jovens sobre as músicas no percurso. Nas brechas das proibições e projetos de criminalização, é no funk que os adolescentes se expressam. Nas oficinas de música só dá funk. Certo semestre, contamos inclusive com um MC, admirado pelos demais. Dayrell (2001) defende que tanto o rap quanto o funk são instrumentos de socialização da juventude periférica. O funk e o rap que realmente trabalha as questões do dia

a dia da vivência da juventude periférica gera incômodos em espaços elitizados. Para Trotta (2014, p. 3), “tal incômodo comumente é resultado de algum tipo de conflito ético-moral, traduzido em sonoridades, comportamentos, ideias e refrões que invadem os ouvidos e entram em choque com nossos estilos de vida, códigos de conduta e preferências difusas.”. O funk incomoda também quando escancara a sexualidade e em sua intensidade produz fenômenos coletivos. O que se escancara também são as relações de gênero. E isso já foi tema de discussão nas oficinas, pois é necessário compreender o porquê o desconforto surge e é apontado em ritmos musicais da juventude periférica. Observamos que são apontados como causas o racismo, a criminalização da cultura produzida pela periferia que retrata sem pudor sobre a realidade.

Em cada grupo sempre existe um que tende a compor as “rimas”, através das quais desenvolvem uma interpretação poética de si mesmos e da condição social em que vivem. Para muitos deles, compor a letra é um momento de extravasar, de traduzir em forma de poesia os sentimentos que vivenciam. [...] Nessa produção poética, a estrutura das letras, a fidelidade ao território e a explicitação de uma temática social são elementos identificadores do rap em qualquer lugar, seja no Brasil ou nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o conteúdo poético tende a refletir o lugar social concreto onde cada jovem se situa e a forma como elabora suas vivências, numa postura de denúncia das condições em que vive: a violência, as drogas, o crime, a falta de perspectivas, quando sobreviver é o fio da navalha. Mas também cantam a amizade, o espaço onde moram, o desejo de um “mundo perfeito”, a paz. (DAYRELL, 2002, pp. 127-128)

Podemos observar essa ilustração/encenação a todo momento nas músicas de Djonga, rapper de Belo Horizonte, referência na cidade, reconhecido nacionalmente por fazer música relatando a sua vivência:

“Era 2006, eu com 11 atrás de um Puma Disk; Passou a fase do doze mola; Atrás de uma novinha pra ah, uh; Primeiro tomei coragem, depois tomei um fora; Inspiração foi os maluco; De 125 na porta da escola; Sem disfarçado, o corte era cinco conto; Relaxante no cabelo que o pretin' decola; **Consciência social era roubar playboy; Dividir o lanche, dividir marola; Nós era ruim na porrada, hoje é baile da Serra; A pipa tá no vento e as mina tá com fogo na rabiola; 157, 33; Vi vários cara assinar sem nem saber escrever; Sadok e Goma na cidade inteira; Prenderam os Piores, pergunta lá pra ver; Muito cara certo entrou na vida errada; Dinheiro sujo compra roupa limpa; Essa é a prova que os opostos se atraem; Igual polícia e um preto na parede; Coisa que eu não entendo junto ainda; Muitos aqui tem ódio e nem sabe por que, cara; Ouve a dor na minha voz, me responde: Por quê, cara?; Mete 155 pra portar as coisa cara; É que eu, eu com quase 15 e um oitão na minha cara; Plow, plow, plow; Pá tududum, pá tududum; E os mano com o ferro na mão; Também quero colar nesse bloco E se tu fica no plantão; Primo, não consome senão perde o foco, ei, ei; Papo de bandido pra quem entende; Eu faço o som que te tira a venda; Deixa os boy fazer o som que vende”<sup>6</sup>**

6 Djonga - O Cara de Óculos pt. Bia Nogueira. Álbum “Histórias da Minha Área”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=doRcD6DlgsM>

Outro *eixo* importante é o do *Esporte e Lazer*, que objetiva garantir os direitos básicos aos adolescentes, quais sejam o direito de lazer e esporte que lhe são assegurados na Constituição Federal (1988) e também no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Além disso, este eixo também é fundamental por ter um caráter mais lúdico e, por essa razão, facilitar a aproximação de todos no grupo. Dentro deste escopo, uma oficina que merece destaque e que é ansiada e muito esperada pelos jovens é a da piscina, que tem lugar no Complexo Esportivo da PUC Minas. No entanto, nas experiências que tivemos ali foram recorrentes obstáculos que entrecruzaram o caminho desses adolescentes: um deles seria a liberação de sua entrada do Complexo, pois apesar de serem da comunidade, eles devem estar sob a tutela das técnicas das medidas socioeducativas e dos extensionistas e, muitas vezes, os adolescentes se apertam para conseguir apresentar sua carteira de identidade, conforme exigência do Complexo. Um fato conhecido é que muitos desses jovens não dispõem de carteira porque nunca sequer foram vistos como cidadãos e a passagem pelo sistema socioeducativo seria a sua primeira chance de existir para as políticas públicas voltadas para a juventude. A ocasião de adentrar o Complexo Esportivo da PUC Minas é, por conseguinte, marcada por certa tensão, pela necessidade de apresentar seus documentos, pelos olhares das pessoas que circulam pelo local e que questionam o porquê de jovens, negros, pobres estarem dividindo o espaço com elas. Nem por isso, essa oficina perde seu brilho, é um dia de muita novidade para esses adolescentes e também para os alunos extensionistas. É lúdico, é uma experiência viva, de corpos libertos de estigmas. Os jovens tentam achar interfaces entre seus mundos através das bordas da piscina, das músicas que enquadram seus diálogos. Há nisso um expandir de autoestima, um empoderamento dos adolescentes em conflito com a lei. Aquelas tardes, não raro, lhes permitem experimentar a liberdade, o sentimento de pertença social e a dignidade de ser jovem até mesmo diante do cumprimento de sua medida. Nesse sentido, a extensão torna-se um lugar possível na criação de dispositivos e espaços de construções coletivas, que colocam em jogo a experiência dos sujeitos que estão de passagem pelo Sistema Socioeducativo e, com isso, compartilham e encontram sentidos diversos às suas vivências. As técnicas das medidas socioeducativas também são convocadas à mudança, ao exercício de execução das medidas de modo menos enrijecido, menos normatizado e punitivo.

Já o *Eixo Reflexivo* procura mediar momentos de reflexão e questionamentos sobre os mais diversos assuntos, como direito à cidade, violência, racismo, machismo e os diversos outros problemas sociais que afetam direta ou indiretamente a vida de todos os cidadãos na

cidade. Um exemplo desse eixo é a oficina dos Partidos Políticos, em que os alunos extensionistas e os jovens, trabalhando em equipes, organizam uma proposta de governo para concorrer sob a legenda de um partido, de modo fictício, à Prefeitura de Belo Horizonte. Na experiência mais recente desta oficina, em 2019, os adolescentes se debruçaram sobre as problemáticas da liberação ou não das drogas, do acesso à saúde e à educação, da taxação de produtos e serviços. Nesta experiência, tivemos o testemunho de jovens conscientes e esclarecidos quanto à dinâmica da política de uma cidade. Outro exemplo é a oficina do “Reconhecimento” em que os jovens e os alunos extensionistas colocam “como eles se enxergam e como pensam que a sociedade os enxergam”. Nesta oficina é possível discutir as mais diversas formas de estereótipos. O grupo de adolescentes e extensionistas se dividem em grupos menores, dentro desses grupos menores cada um responde três perguntas: *Como você se vê? Como você acha que os outros (pessoas, em geral) te veem? Como você gostaria de ser visto?* As respostas se desenvolvem e um momento de conversa se instaura através das respostas dadas. A questão do etiquetamento fica nítida nessa oficina, porque as respostas dos jovens para a pergunta “como você acha que as pessoas te veem?” é sempre em tom negativo, e escutam-se respostas como: “bandido”, “mau caráter”, “maconheiro”, “ladrão”. Um caso relevante sobre esta oficina ocorreu no primeiro semestre de 2017 em que um adolescente afirmou que se sente com muita raiva e nervoso às vezes, mas que tem conseguido controlar muito o seu nervosismo. Disse também que gostaria de ser visto com mais respeito e atenção onde mora, pois “no Projeto as pessoas perguntam se estamos bem e dizem que eu posso sempre contar com elas”. Importante salientar que o adolescente reportou esta frase a uma extensionista, mostrando ter criado um laço significativo com ela. Por esse motivo, as oficinas são sempre no sentido de empoderar os jovens, refletir e discutir padrões estabelecidos, viabilizando ao sujeito a eleição de novas nomeações.

Vale ressaltar o quanto o *Projeto de Extensão Laços PUC Minas* inova ao permitir a aproximação de jovens de dois mundos aparentemente distintos e separados, “jovens do morro” e “jovens do asfalto”, que tem na Universidade a possibilidade de construir um território neutro, que conecta a cidade partida<sup>7</sup>. A juventude de um e de outro, cria, ainda que por momentos fugazes, uma transversalidade na relação desses sujeitos que experimentam e partilham de experiências diversas. Observou-se que ne+stes dois modelos de oficina apresentados acima, os jovens se colocam na posição de tomada de decisões e de proposição de soluções de

---

<sup>7</sup> Referência ao livro “Cidade Partida”, escrito pelo jornalista Zuenir Ventura e publicado em 1996.

forma ativa e responsável, ao contrário da imagem propagada socialmente de um sujeito alienado e inconsequente.

Sobre o *Eixo Profissionalizante* pode-se afirmar que ele visa despertar o interesse sobre as mais diversas áreas de conhecimento, que podem ou não se voltar para uma formação profissional, mas que alcancem um despertar do adolescente para o mundo do trabalho. Considerando que esse esforço pode auxiliar no processo de passagem deste adolescente à idade adulta, uma oficina que se destacou neste processo foi realizada em parceria com a PUC TV Minas. Os funcionários desta emissora nos apresentaram a estrutura de uma TV Universitária e qual o papel da mesma, além disso, os jovens e os alunos extensionistas descobriram juntos como produzir o “giro de notícias” - uma chamada jornalística para notícias rápidas sobre o cotidiano. Os participantes desta oficina puderam interagir de modo criativo com aspectos da vida que perpassam a sua própria história e, com isso, experienciarem a construção de novas narrativas que lhes servem de passaporte para a cena do mundo.

O *Projeto de Extensão Laços/PUC Minas* não se limita somente às oficinas, ele promove também reuniões com os parceiros para discutir a metodologia aplicada que está em constante construção e os desafios que são apresentados durante as oficinas. Os técnicos do CREAS/SMAS/PBH que levam e acompanham os adolescentes nas atividades participam uma vez/mês de reunião com a coordenação e com os alunos extensionistas e estagiários. Vez por outra a equipe de outro projeto da cidade, que trabalha igualmente com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, apresenta sua experiência, o que favorece um rico intercâmbio e afirma parcerias de trabalho.

Outra frente importante do projeto é um grupo de discussões sobre racismo de Estado e discurso, iniciativa do professor da faculdade de Direito da Universidade, Pablo Alves de Oliveira, professor e que também já esteve como coordenador do Projeto, com temas que constantemente rondam o mesmo e os jovens participantes. O Projeto conta também com a atividade denominada “Encontro Aberto”. No ano de 2017 realizamos dois eventos abertos ao público com a intenção de debater questões relevantes e que atravessam não apenas a realidade dos jovens das medidas, como também as dos jovens extensionistas, com o propósito de apresentar e mostrar para a comunidade acadêmica o Projeto Laços. Esses eventos foram organizados na forma de rodas de conversa. O primeiro *Encontro Aberto* do Projeto de Extensão Laços/PUC Minas contou com a presença da Dra. Carla Capanema que apresentou sua experiência com grupos horizontais, na qual inspirou sua tese de doutorado sobre a contingência da paternidade na adolescência. O encontro foi muito produtivo e engrandecedor, através dele puderam-se agregar ainda mais conhecimentos técnicos à equipe do Projeto.

O segundo *Encontro Aberto* foi também muito enriquecedor para esta ação de extensão da PUC Minas. Ex-integrantes do Projeto Laços que pesquisaram temas transversais ao projeto em seus trabalhos de conclusão de curso<sup>8</sup>, compareceram à roda de conversa e dividiram suas reflexões com os presentes. Temas como alteridade e “etiquetamento” da identidade social foram amplamente discutidos pelos presentes, e as experiências trocadas potencializaram o fazer do Projeto Laços. Certamente, o método de roda de conversa aproxima e facilita a troca de experiências. Neste *II Encontro Aberto do Projeto de Extensão Laços*, o pesquisador e convidado Thales Brandão Machado Moreira<sup>9</sup> lembrou-se da oficina do Tribunal do Júri, realizada com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto. Trata-se de uma simulação de um julgamento, com defesa, acusação, testemunhas e jurados. O pesquisador citou a análise da alteridade, que, em síntese, é a capacidade de se colocar no lugar do outro. A partir dessa análise, surgiram questões e questionamentos sobre como abordar determinados temas com os jovens, como machismo, LGBTfobia, racismo, etc. Além disso, houve o questionamento sobre a questão de o oprimido imitar o opressor, como prevê Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987).

Ainda neste *II Encontro Aberto do Projeto de Extensão Laços/PUC Minas*, o pesquisador Felipe Gregório Gravino trouxe para a discussão a questão do “etiquetamento” e da criminalidade, levando-se em consideração que os jovens que participam do Projeto sofrem cotidianamente um processo de criação de estereótipos pela sociedade, de acordo com uma vertente da criminologia. Os Encontros Abertos, conforme mencionado, são muito importantes para o projeto, porque além de expor os acontecimentos do Laços para as pessoas, abre um espaço aberto e democrático para que pessoas que não estão envolvidas no opinem, deem sugestões, pontuem questões, etc.

---

<sup>8</sup> A experiência do Projeto de Extensão Laços/PUC Minas já foi discutida até 2019, em 09 trabalhos de conclusão de curso, a saber: “A ALTERIDADE DO OPRIMIDO NA OFICINA DO JÚRI SIMULADO DO PROJETO DE EXTENSÃO LAÇOS”, Thales Brandão Machado; “A CULTURA DO CONSUMO E A CRIMINALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE O CONSUMISMO NA MODERNIDADE E A PROPENSÃO DA JUVENTUDE POBRE AO CRIME”, Lilian Galliac; “A LUTA POR RECONHECIMENTO DOS JOVENS DO PROJETO DE EXTENSÃO LAÇOS”, Bárbara Choucair dos Santos. “A MULHER O DIREITO AO CORPO E O ABORTO NA VISÃO DAS JOVENS PARTICIPANTES DO PROJETO LAÇOS”, Hannah Luiza Monsen; “DE JOVEM INFRATOR A CIDADÃO DE BEM: O DISCURSO DISCIPLINADOR E NORMALIZADOR NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O PROJETO LAÇOS COMO UM CONTRAPONTO”, Juliana França Marques Lemos; “EDUCAR SEM DOCILIZAR E O PROJETO LAÇOS: UMA CRÍTICA À EDUCAÇÃO INSTRUMENTAL NO ÂMBITO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A VALORIZAÇÃO DO TEMPO LIVRE”, Yago Bretas Veloso; “OS DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DEIXAR MORRER: o Projeto Laços como um ambiente público em contraposição”, Izabella Riza Alves; “PROJETO LAÇOS: A TRANSMISSÃO DE VALORES NO PROCESSO DE SOCIOEDUCAÇÃO”, Filipe Ribeiro.

<sup>9</sup> Ver artigo de Thales Brandão Machado Moreira, “A alteridade do oprimido na oficina do Júri Simulado do Projeto de Extensão Laços”, disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/anales/article/view/3983>

A temática do *III Encontro Aberto do Projeto de Extensão Laços/PUC Minas* foi “O que falar enuncia? - A dimensão da palavra e da escuta nas medidas socioeducativas”, nesta ocasião convidamos o Coordenador do Acompanhamento Técnico do Serviço de Medidas Socioeducativas do Meio Aberto/Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte/PBH, Amilton Alexandre da Silva e a Coordenadora do Projeto de Extensão Selex/Escola de Engenharia/UFMG, professora Lisandra Espíndola Moreira. O encontro teve como objetivo refletir sobre o que muitas vezes surge nas falas dos adolescentes com os dois projetos, sobre como o falar pode abrir espaço para o que surge nos encontros dos jovens com as instituições e com a medida instituída na vida do adolescente.

### 3. O ADOLESCENTE, O ATO E O LAÇO

Segundo Philippe Lacadée (2007), a adolescência é efetivamente um momento difícil, na medida em que o sujeito deve separar-se simbolicamente da autoridade parental, o que é ao mesmo tempo o momento mais necessário, mas também, o mais doloroso de sua passagem à idade adulta. Neste sentido, a adolescência marca um momento importante na vida do sujeito, pela qual se compreende como uma nova posição frente a um novo corpo e a uma nova forma de se enxergar, possibilitando um movimento de novo reconhecimento de si realizado a partir do laço social, do engajamento em grupo de amigos que se identificam e que compartilham de estilos próprios.

Ainda que uma definição precisa sobre o que é adolescência seja frágil, uma vez que varia de aspectos históricos e culturais experienciados diferentemente em vários lugares do mundo, de um modo geral, a adolescência pode ser compreendida como um período de transformações e transições. Para a Psicanálise, encontra-se além de uma mera limitação etária, biológica e cronológica, sendo, portanto, uma travessia na qual o sujeito é convidado a viver, encontrando em seu caminho uma série de conflitos e angústias que se esbarram em mudanças na vida psíquica, na relação com o próprio corpo e com o Outro, bem como as dificuldades e desafios em criar novos laços e escolhas.

Lacadée (2011) atribui à adolescência um momento de transição em que se opera uma desconexão no sujeito entre seu ser de criança e seu ser de homem ou de mulher. Nela está implicada uma escolha decisiva, que inclui a dimensão inédita de um ato, servindo como uma saída para o impasse da relação com o Outro, para o que se experimenta de um possível de dizer. Para ele, essa dimensão do ato “leva o adolescente a querer pôr à prova, numa certa urgência, utilizando-se até mesmo da violência, a dimensão da verdade de seu ser.”.

(LACADÉE, 2011, p. 19). A dimensão do ato de infração pode ser compreendida como um atalho para o adolescente tornar-se autor de sua própria história. Atrapalhado na busca de um lugar, o seu, o sujeito arrisca embrenhar-se pelos campos dos atos (VILAS BOAS, 2010), marcando a sua presença por meio de um apelo endereçado ao Outro, na tentativa de inscrever-se no Outro do significante. Ainda segundo a autora, o ato infracional, portanto, teria a estrutura de uma cifra, de um traço que, passível de articulação na cadeia significante à condição de passar por uma decifração, produzindo, de tal modo, o sujeito do inconsciente (VILAS BOAS, 2010).

Há nos estudos lacanianos duas concepções de ato importantes para o delineamento deste projeto, a saber; o *acting-out*, o qual se configura como uma “mostração”, ou seja, aqui o sujeito está na cena do mundo e a outra a passagem ao ato, onde o sujeito ejeta-se para fora da cena. Via *acting-out* o sujeito é revelado, o objeto é destacado de seu estatuto simbólico, como um resíduo da operação de simbolização. A conduta do sujeito no *acting-out* diz de uma descontinuidade simbólica que irá preservar sua relação com a linguagem, uma vez que o ato é dirigido ao Outro. Portanto, o *acting-out* tem a estrutura de uma mensagem, enquanto a passagem ao ato refere-se a um meio de assegurar a saída do embaraço no qual o sujeito está mergulhado. Tomado pela angústia, o sujeito é precipitado a agir para conservar seu lugar na cena do mundo. A passagem ao ato é, pois, uma ruptura radical com Outro social. (VILAS BOAS, 2010).

A realidade dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa é, em sua grande maioria, uma realidade de muitas vulnerabilidades. O sujeito adolescente que vive nas periferias, vilas, aglomerados e/ou favelas do Brasil, em especial, é atravessado por diversas privações e dificuldades, tendo como causa a negligência do Estado, da família e da sociedade. Segundo Lacadée:

Portadores de uma espécie de dor de seu ser mais particular a esse tempo de adolescência, em decorrência de certo real que a psicanálise pode elucidar e que frequentemente duplica uma dor de existir, esses jovens vivem no universo dos subúrbios sem conseguir inscrever seu ser – crianças que não sabem por que nem como, ou mesmo para quem nasceram nesses lugares, produzidas como simples objetos, sem se arrimarem numa história simbólica que lhes daria certa imagem ou o valor de si próprias. (LACADÉE, 2011, p.8)

Os jovens que se encontram frente às vulnerabilidades sociais que segregam e invisibilizam seus corpos e suas existências, encontram-se enquanto portadores de uma mensagem que pede para ser esclarecida de outro modo que não apenas pelo discurso que circula nas mídias, na sociedade e na cultura. Ainda segundo o autor, eles falam, à maneira deles, sobre

certo estado da sociedade e dos valores exibidos por ela (LACADÉE, 2011, p. 8). O risco que os adolescentes correm, neste sentido, é o de serem aprisionados na nomeação predicativa do discurso do mestre. Lacan no Seminário 17, intitulado *O avesso da psicanálise*, apresenta as formas de vínculo social a partir da definição de quatro discursos: do mestre, universitário, da histórica e do analista. Para ele, o discurso é um modo de relacionar socialmente por meio de uma estrutura sem palavras. As palavras sendo, portanto, apenas ocasionais, já os discursos uma articulação de significante com outro significante. No caso em questão, o discurso do mestre se apresenta como  $S^1$ , que representa o sujeito como um significante ante outro significante.

O discurso do mestre “é o discurso que detém um saber sobre o sujeito, o qual utiliza de uma língua unívoca e um determinado léxico, não sem consequência para a existência destes adolescentes, os congelando num confinamento territorial e numa exclusão segregadora, a qual faz surgir a ilusão de uma identidade, no mínimo devastadora”. (LACADÉE, 2011, p. 9)

A psicanálise, ao propor a descentralização do eu como a fonte de todos os atos humanos ascende o sujeito do inconsciente estabelecendo em seu cerne teórico o sujeito do desejo e do gozo. É por este caminho que o Projeto Laços, através do posicionamento da escuta de cada adolescente, para aquilo que o sujeito diz que se encontra além de seu ato, “pois, é escutando os seus argumentos, embaraços, queixas, injúrias e algo que daí escape [...]” (BARRETO, 2003, p. 30) acredita na possibilidade de implicar o adolescente naquilo que o faz viver e o angustia.

De acordo com os dados do último levantamento, referentes ao ano de 2012, da Coordenação – Geral do SINASE (SNPDCA/SDH 2014), a nível nacional existem um número total de 20.532 adolescentes cumprindo medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade e, com relação às medidas em meio aberto, existem 88.022 adolescentes. Além disso, o relatório estatístico produzido pela Vara Infração da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, objetivou evidenciar os principais indicadores infraçãois do ano de 2015 na comarca de Belo Horizonte. Neste sentido, foram elencados os principais atos infraçãois que possam retratar a conjuntura infraçãois da cidade no período. Conforme informado no relatório no ano de 2015 houve o acréscimo de 0,07% no cometimento de atos pelos adolescentes, no total foram constados a prática de 8978 atos infraçãois.

Durante a atuação no Projeto Laços, pôde-se perceber que a maioria dos jovens que estavam e estão cumprindo medida socioeducativa e que participaram do projeto, são de baixa renda e vivenciam diversas situações que os colocam em vulnerabilidade social, tais como o

envolvimento com tráfico de drogas, o afastamento das escolas, a falta de apoio familiar, entre outros.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o Projeto de Extensão Laços promove um possível deslocamento dos jovens frente às identificações, muitas vezes enrijecidas e pouco dialetizáveis que os mesmos têm de si e que são colocadas muitas vezes nas primeiras apresentações dos adolescentes, tais como “bandido”, “mau caráter”, “maconheiro”, “ladrão”.

A partir do que surge na dialética entre os participantes no momento das oficinas é possível abrir espaço para um dizer que está além daquilo que o jovem se pretende dizer, como, por exemplo, através de alguns lapsos e/ou ambiguidades que surgem nos enunciados e que, em alguns casos, os extensionistas do projeto percebem e promovem intervenções feitas com muita sensibilidade e no momento oportuno para que não sejam invasivas. Percebemos que há flexibilização destas identificações e ocorre quando há uma resignificação na forma como este sujeito se relaciona com o outro, quando o mesmo passa a se reconhecer em outro lugar e descobrindo novas formas de se colocar, de se enxergar e enxergar o outro.

Portanto, parte-se da ideia de que o projeto Laços vai à contramão de uma ordem que coloca o jovem em cumprimento de medida socioeducativa em um sistema nominativo inflexível que vulnerabiliza seus corpos no tecido social. Entende-se que o Projeto possibilita criar espaços que convocam o sujeito a reinventar-se, ainda que este esteja em um momento de delicada transição pelo efeito da adolescência, no qual vivenciam significativos impasses sobre si, e neste caso, seu envolvimento com o ato infracional. Para tanto, não basta apenas ir à contramão desta ordem, é preciso para, além disso, ofertar a palavra e a escuta enquanto dispositivos que promovam um lugar onde o adolescente possa recontar a sua história e articular novas modalidades de laço social.

#### REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Outsiders** – estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008.

BARRETO, Cristiane. **Liberdade assistida: a construção de um novo espaço**. In: BARROS, Fernanda Otoni. *Tô fora: o adolescente fora da lei*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, pp. 25-39.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL, Lei 8.096, de 13 jul. 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude de Belo Horizonte**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/view/a-musica-entra-em-cena-o-rap-e-o-funk-na-socializacao-da-juventude-em-belo-horizonte/> Acesso em: 14/07/2020.

DAYRELL, Juarez. **O rap e o funk na socialização da juventude. Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>. Acesso em: 15/07/2020.

FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. **Direitos dos mais e menos humanos**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, maio 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext) HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0104-71831999000100083"& HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0104-71831999000100083"pid=S0104-71831999000100083. Acesso em: 27/05/2020.

FRASSETO, Flávio Américo; JIMENES, Luciene. **FACE DA MORTE: A LEI EM CONFLITO COM O ADOLESCENTE**. *Psicologia e sociedade*, v. 27, n. 2, pp. 404-414, 2015.

LACADÉE, Philippe. **O despertar e o exílio – ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LACADÉE, Philippe. **A passagem ao ato nos adolescentes**. 2007. Disponível em: [http://www.isepol.com/asephallus/numero\\_04/traducao\\_02.htm](http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/traducao_02.htm) . Acesso em: 05/05/2020.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2012**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012>>. Acesso em 12/05/2020.

Relatório Estatístico Vara da Infância e Juventude. Belo Horizonte: **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2017**. Disponível em: [http://www.tjmg.jus.br/data/files/E6/05/C1/8D/1579261054D13526B04E08A8/Relatorio\\_2018\\_rev012.pdf](http://www.tjmg.jus.br/data/files/E6/05/C1/8D/1579261054D13526B04E08A8/Relatorio_2018_rev012.pdf). Acesso em 05/05/2020.

TROTTA, Felipe da Costa. **A música que incomoda: o funk e o rolezinho**. Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação XXIII Encontro

Anual da Compós, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014. Disponível em: [http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT06\\_COMUNICACAO\\_E\\_SOCIABILIDADE/trotta2014\\_2180.pdf](http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT06_COMUNICACAO_E_SOCIABILIDADE/trotta2014_2180.pdf). Acesso em 14/07/2020.

VELOSO, Yago Brettas. **Educar sem docilizar e o Projeto Laços: uma crítica à educação instrumental no âmbito das medidas socioeducativas e a valorização do tempo livre.** 2017. 49f. Monografia de conclusão de curso. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Graduação em Direito, Belo Horizonte, 2017.

VILAS BOAS, Cristina Campolina. **A atenção à saúde do adolescente privado de liberdade em Belo Horizonte: impasses e desafios.** 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde, área de concentração Saúde da Criança e do Adolescente) – Faculdade de Medicina/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-A6SNAW>. Acesso em: 27/05/2020.

VILAS BOAS, Cristina Campolina. **Filhos do deserto: um nome alcançado pelos adolescentes através do ato infracional.** Anais do II Congresso Nacional de Psicanálise, Direito e Literatura: estética da existência, 28 a 30 de abr., 2010 – Nova Lima, Faculdade de Direito Milton Campos, 2010. Disponível em: [http://conpdl.com.br/conpdl2\\_anais.pdf](http://conpdl.com.br/conpdl2_anais.pdf). Acesso em 13/05/2020.